



**Universidade Federal de Santa Catarina**  
**Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social**  
**Departamento de Desenvolvimento de Potencialização de Pessoas**  
**Divisão de Admissão e Movimentação**

**Concurso Público - Edital 018/DDPP/2008**

# **Caderno de Prova**

**(instruções no verso do caderno)**

**ARQUITETO E URBANISTA**



Texto 1

**Código de Ética do Servidor Público Federal**

João Bosco Barbosa Martins

1 Discorrer sobre o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal é o objetivo do presente artigo.

O Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, aprovou esse código.

5 Vamos iniciar a nossa exposição técnico-informativa falando sobre alguns aspectos do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil Federal. As Regras Deontológicas, presentes no Capítulo I desse ordenamento, citam que a dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais são primados maiores que devem nortear o servidor público federal. O inciso II traz a seguinte regra: *O servidor público não poderá jamais desprezar o elemento ético de sua conduta. Assim, não terá que decidir somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas principalmente entre o honesto e o desonesto, consoante as regras contidas no art. 37, caput, e § 4º, da Constituição Federal.*

15 A moralidade da Administração Pública é clareada no inciso III do Código de Ética Funcional, que relata que aquela não deve se limitar somente à distinção ente o bem e o mal. O fim almejado deve ser sempre o bem comum. O agente público tem o dever de buscar o equilíbrio entre a legalidade e a finalidade na tentativa de proporcionar a consolidação da moralidade do ato administrativo praticado.

20 Entre os deveres do servidor público federal tem-se que ele deve ser probo, reto, leal e justo (inciso XIV, c). O inciso XIV, f, menciona que o agente deve ter a consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos. Outro dever fundamental do servidor público é resistir a todas as pressões de superiores hierárquicos, de contratantes, interessados e outros que visem a obter quaisquer favores, benesses ou vantagens indevidas em decorrência de ações imorais, ilegais ou aéticas e denunciá-las.

25 Esse código estabelece, também, algumas vedações, presentes na Seção III, inciso XV, que devem ser observadas pelos servidores públicos federais. Destacamos algumas condutas proibidas, quais sejam:

a) *o uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influências, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem; [...]*

30 b) *exercer atividade profissional aética ou ligar o seu nome a empreendimentos de cunho duvidoso.*

35 No Capítulo II está prevista a criação de uma Comissão de Ética, encarregada de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor público, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de censura.

É de bom alvitre mencionar que esse código não foi instituído por lei em sentido estrito. Ele, no entanto, serve para estimular o comportamento ético do servidor público, já que o mesmo é de livre adesão. Urge que se divulguem, amplamente, os deveres e as vedações previstas através de um trabalho de cunho educativo com os agentes públicos federais.

40 Aliás, como membro de órgão correccional, sempre defendi e continuarei defendendo com energia e entusiasmo a tese da prevenção antes da punição disciplinar. Acredito na orientação pedagógica como ferramenta indispensável para estabelecer normas que impeçam a proliferação de procedimentos disciplinares. Porém, mesmo sabendo que a abertura de um processo administrativo disciplinar, que recepciona os princípios constitucionais do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal (*due process of law*), deve trazer o sucesso da apuração efetiva dos faltosos, não vejo com bons olhos a defesa de que o trabalho de "apagar incêndio" possibilita a presença, a um só tempo, da ação correccional repressiva para os acusados e preventiva para os demais servidores públicos.

50 Por outro lado, mesmo tendo ciência de que os servidores federais, em sua esmagadora maioria, foram recrutados através de concurso de elevado nível, perfeitamente conscientes, pois, das normas disciplinares estabelecidas nos artigos 116 e 117, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, ratifico o pensamento da reciclagem constante de todos na área disciplinar.

Disponível em: <<http://br.geocities.com/joaoboscomartins/artigos14codigodeeticadoservidorpublicofederal.hht>>. [Adaptado].

**01)** A partir das informações constantes no texto 1, é **CORRETO** afirmar que:

- A( ) no texto são citados os artigos 116 e 117, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, bem como é apresentada uma análise desses artigos.
- B( ) o autor do texto discute apenas o Capítulo I do Código de Ética dos Servidores Públicos Federais.
- C( ) o objetivo geral do texto é discutir aspectos do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.
- D( ) conforme se pode observar nas linhas 8 a 13 do texto, o Código de Ética do Servidor tem elementos de contradição com a Constituição Federal.
- E( ) os servidores federais, em sua maioria, não são concursados e, por isso, não estão sujeitos ao Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, aprovado pelo Decreto n.º 1.171, de 22 de junho de 1994.

**02)** A partir do texto 1, assinale a alternativa **CORRETA** no que se refere ao significado de “Regras Deontológicas”.

- A( ) Direitos do servidor.
- B( ) Regras de orientação pedagógica.
- C( ) Disciplina que estuda as regras de conduta dos servidores.
- D( ) Regras lógicas que o candidato deve seguir para ingressar no serviço público.
- E( ) Conjunto de normas que tratam dos princípios morais de conduta dos servidores.

03) A partir da leitura do texto 1, assinale com **V** as alternativas **VERDADEIRAS** e com **F** as **FALSAS**.

- ( ) O autor do texto defende a tese da punição para o caso dos servidores que infringirem o Código de Ética, pois é cético quanto às medidas preventivas.
- ( ) Entre os principais deveres dos servidores públicos, são mencionados os seguintes: resistir a todas as pressões de superiores hierárquicos, de contratantes, de interessados e de outros que visem a obter quaisquer favores, benesses ou vantagens indevidas; ser probo, reto, leal e justo; ter a consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos.
- ( ) No texto são discutidos os seguintes aspectos do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal: regras deontológicas, deveres, vedações e comissão de ética.
- ( ) No texto são destacadas algumas condutas proibidas aos servidores, que estão presentes na Seção II, inciso XV, do Código de Ética do Servidor Público Federal.
- ( ) O descumprimento do Código de Ética acarreta responsabilidade administrativa do servidor que violar os seus preceitos; e a penalidade prevista para esse caso é a de censura e posterior demissão.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência **CORRETA**, de cima para baixo.

- A( ) V – F – V – V – V
- B( ) F – V – V – F – F
- C( ) V – V – F – F – F
- D( ) F – V – F – V – F
- E( ) V – F – V – F – V

04) A partir da leitura do texto 1, assinale com **V** as alternativas **VERDADEIRAS** e com **F** as **FALSAS**.

- ( ) O autor do texto concorda com o ponto de vista de que o trabalho de "apagar incêndio" possibilita tanto a ação correcional repressiva quanto a ação preventiva para servidores públicos.
- ( ) A expressão "esse código" (linha 25) tem a função de retomar o referente "Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal".
- ( ) O autor do texto começa se enunciando na primeira pessoa do plural e, na continuidade do texto, passa a se enunciar na primeira pessoa do singular. Esse procedimento enunciativo se mostra incoerente, uma vez que em textos de natureza opinativa deve-se usar sempre a forma impessoal.
- ( ) As expressões "agente", "agente público", "servidor público", "servidor público federal" são mecanismos de coesão referencial que fazem remissão a outro elemento do universo textual, o referente "Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal".
- ( ) A expressão "aliás" (linha 41) é um mecanismo de coesão seqüencial que introduz uma amplificação do que foi dito no final do parágrafo anterior.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência **CORRETA**, de cima para baixo.

- A( ) V – V – V – F – F
- B( ) V – F – V – V – V
- C( ) F – V – F – V – V
- D( ) F – F – F – V – F
- E( ) V – F – V – F – V

05) A partir da leitura do texto 1, assinale com **V** as alternativas **VERDADEIRAS** e com **F** as **FALSAS**.

- ( ) O uso de itálico, no terceiro parágrafo, é marca de citação de discurso do outro, no caso, de trecho do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.
- ( ) O caractere § significa “inciso”.
- ( ) O uso de [...] indica supressão de parte do texto.
- ( ) O termo “aquela” (linha 14) tem por função retomar o referente “Administração Pública”.
- ( ) O pronome “lhe” (linha 34) retoma o referente “servidor público” e a expressão “o mesmo” (linha 38) retoma o referente “o código”.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência **CORRETA**, de cima para baixo.

- A( ) F – V – F – V – F
- B( ) F – F – V – V – V
- C( ) V – V – F – F – F
- D( ) V – F – V – F – V
- E( ) F – V – F – V – V

## Texto 2

### Os Desafios da Destruição e da Conservação do Patrimônio Cultural no Brasil

Pedro Paulo A. Funari

- 1 Os desafios da destruição e da conservação do patrimônio cultural no Brasil são, provavelmente, pouco conhecidos do público acadêmico internacional, e este artigo visa a apresentar alguns aspectos dessas questões. [...]
- 5 Os monumentos históricos e os restos arqueológicos são importantes portadores de mensagens e, por sua própria natureza, como cultura material, são usados pelos atores sociais para produzir significado, em especial, ao materializar conceitos como identidade nacional e diferença étnica. Deveríamos, entretanto, procurar encarar esses artefatos como socialmente
- 10 aborçados e contestados, em termos culturais, antes do que portadores de significados inerentes e a-históricos; inspiradores, pois, de reflexões, mais do que de admiração. Uma abordagem antropológica do próprio patrimônio cultural ajuda a desmascarar a manipulação do passado. A experiência brasileira, a esse respeito, é muito clara: a manipulação oficial do passado, incluindo-se o gerenciamento do patrimônio, é, de forma constante, reinterpretada pelo povo. [...]
- 15 Em cidades coloniais, algumas delas bem conhecidas no exterior, como Ouro Preto, declarada Patrimônio da Humanidade, a modernidade está sempre presente, por desejo de seus habitantes. É fácil entender que as pessoas estejam interessadas em ter acesso à infraestrutura moderna, mas, como notam os europeus quando visitam as cidades coloniais, se os edifícios medievais podem ser completamente reaparelhados, sem danificar os prédios, não
- 20 haveria por que não fazer isso no Brasil. Outra ameaça ao patrimônio arqueológico das cidades coloniais é o roubo. Os ladrões são muito atuantes e há mais de quinhentas igrejas e museus locais para serem protegidos. Um problema mais prosaico é a deterioração dos monumentos devido à falta de manutenção e abrigo, mesmo no interior de edifícios (LIRA, 1997; SEBASTIÃO, 1998). Esses três perigos para a manutenção dos bens culturais, aparentemente
- 25 não relacionados, revelam uma causa subjacente comum: a alienação da população, o divórcio entre o povo e as autoridades, a distância que separa as preocupações corriqueiras e o *ethos* e políticas oficiais.

30 Para o povo, há, pois, um sentimento de alienação, como se sua própria cultura não fosse, de modo algum, relevante ou digna de atenção. Tradicionalmente, havia dois tipos de casa no Brasil: as moradas de dois ou mais andares, chamadas de "sobrados", onde vivia a elite, e todas as outras formas de habitação, como as "casas" e "casebres", os "mocambos" (derivado do quimbundo, *mukambu*, "fileira"), as "senzalas" (locais da escravaria) e as "favelas". Numa sociedade baseada na escravidão, desde o início houve sempre dois grupos de pessoas no país: os poderosos, com sua cultura material esplendorosa, cuja memória e monumentos são dignos de reverência e preservação, e os vestígios esqueléticos dos subalternos, dignos de desdém e desprezo. A Catedral, freqüentada pela "gente de bem", deve ser preservada, enquanto a Igreja de São Benedito, dos "pretos da terra", não é protegida e é, com freqüência, abandonada.

35 Nesse contexto, não é de surpreender que o povo não preste muita atenção à proteção cultural, sentida como se fosse estrangeira, não relacionada à sua realidade. Há uma expressão no português do Brasil que demonstra, com clareza, essa alienação das classes: "eles, que são brancos, que se entendam". Note-se que essa frase é usada também por brancos para se referirem às autoridades em geral. A mesma distância afeta o patrimônio, pois os edifícios coloniais são considerados como "problema deles, não nosso". Poderíamos dizer, assim, que a busca da modernidade, mesmo sem levar em conta a destruição dos bens culturais, poderia bem ser interpretada como um tipo de luta não apenas por melhores condições de vida, mas contra a própria lembrança do sofrimento secular dos subalternos. [...]

40 No Brasil, o cuidado do patrimônio sempre esteve a cargo da elite, cujas prioridades têm sido tanto míopes como ineficazes. Edifícios de alto estilo arquitetônico, protegidos por lei, são deixados nas mãos do mercado e o comércio ilegal de obras de arte é amplamente tolerado. Recentemente, a Christie's vendeu uma obra-prima de Aleijadinho. A imprensa está sempre a noticiar a respeito, sem que se faça algo a respeito. A gente comum sente-se alienada tanto em relação ao patrimônio erudito quanto aos humildes vestígios arqueológicos, já que são ensinados a desprezar índios, negros, mestiços, pobres, em outras palavras, a si próprios e a seus antepassados. Nesse contexto, a tarefa acadêmica a confrontar arqueólogos e aqueles encarregados do patrimônio, no Brasil, é particularmente complexa e contraditória. Devemos lutar para preservar tanto o patrimônio erudito quanto o popular, a fim de democratizar a informação e a educação, em geral. Acima de tudo, devemos lutar para que o povo assuma seu destino, para que tenha acesso ao conhecimento, para que possamos trabalhar, como acadêmicos e como cidadãos, com o povo e em seu interesse. Como cientistas, em primeiro lugar, deveríamos buscar o conhecimento crítico sobre nosso patrimônio comum. E isto não é uma tarefa fácil.

Disponível em: <[http://www.arquitectos.com.br/arquitectos/numeros/numeros\\_001\\_007-2000.asp](http://www.arquitectos.com.br/arquitectos/numeros/numeros_001_007-2000.asp)>. [Adaptado].

06) Segundo as informações apresentadas no texto 2, é **CORRETO** afirmar que o objetivo geral do texto é:

- A( ) discutir questões relativas aos desafios da destruição e da conservação do patrimônio cultural no Brasil.
- B( ) diferenciar monumentos históricos de sítios arqueológicos.
- C( ) apresentar exemplos de manejos patrimoniais.
- D( ) discutir a descaracterização de cidades coloniais.
- E( ) apresentar os fatores que inibem o engajamento da população na proteção do patrimônio público.

**07)** O autor de um texto sempre se enuncia a partir de um lugar social e de um determinado papel, bem como tem em vista quem é o seu interlocutor. Segundo as informações apresentadas no texto 2, é **CORRETO** afirmar que:

- A( ) o autor do texto escreveu um texto didático destinado a seus alunos.
- B( ) o autor do texto é um cientista que se dirige a um público leigo sobre o assunto.
- C( ) o autor do texto é um jornalista que se dirige a seus leitores.
- D( ) o autor do texto se enuncia no papel de cientista e se dirige a seus pares, outros cientistas.
- E( ) não é possível identificar a posição de autoria inscrita no texto.

**08)** De acordo com as informações apresentadas no texto 2, assinale a alternativa **CORRETA**. No segundo parágrafo, ao discutir sobre os monumentos históricos e os restos arqueológicos, há a defesa de que:

- A( ) os monumentos históricos e os restos arqueológicos devem ser vistos, igualmente, como socialmente construídos e contestados, portadores de significados inerentes e a-históricos e inspiradores de reflexão e admiração.
- B( ) os monumentos históricos e os restos arqueológicos devem ser vistos, sobretudo, como socialmente construídos e inspiradores de reflexão e não prioritariamente como portadores de significados inerentes e a-históricos.
- C( ) os monumentos históricos e os restos arqueológicos devem ser vistos, antes de tudo, como portadores de significados inerentes e a-históricos e inspiradores de admiração e, em segundo plano, como socialmente construídos e contestados e inspiradores de reflexão.
- D( ) os monumentos históricos e os restos arqueológicos têm significados inerentes e a-históricos, por isso são portadores de mensagens e usados pelos atores sociais para produzir significados universais que não materializam conceitos das diferenças culturais.
- E( ) os monumentos históricos e os restos arqueológicos induzem os atores sociais a valorizar a natureza e a cultura universal e cosmopolita.



09) A partir da leitura do texto 2, assinale com **V** as alternativas **VERDADEIRAS** e com **F** as **FALSAS**.

- ( ) No último parágrafo do texto, há expressões como “devemos lutar” e “deveríamos buscar”, que são operadores modais que indicam a busca da adesão do leitor ao ponto de vista defendido pelo autor do texto.
- ( ) Uma abordagem antropológica do patrimônio cultural brasileiro permite identificar a manipulação oficial do passado e a alienação do povo em face da preservação de monumentos históricos nacionais, como igrejas e casas coloniais.
- ( ) Diferentemente do que acontece com os monumentos históricos nacionais, os restos arqueológicos não são afetados pela falta de interesse de preservação por parte da população em geral, uma vez que esta se sente representada nesses vestígios.
- ( ) Os três perigos para a manutenção dos bens culturais citados no texto são: o roubo, a falta de manutenção e de abrigo desses bens culturais e a busca da modernidade.
- ( ) A busca da modernidade é interpretada como sendo, para o povo, uma manifestação contra a lembrança do sofrimento dos subalternos.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência **CORRETA**, de cima para baixo.

- A( ) V – V – F – F – F
- B( ) V – F – V – F – V
- C( ) V – V – F – V – V
- D( ) F – V – V – V – F
- E( ) F – F – F – V – V

10) A partir da leitura do texto 2, assinale com **V** as alternativas **VERDADEIRAS** e com **F** as **FALSAS**.

- ( ) Na conservação do patrimônio cultural no Brasil, a tarefa acadêmica a confrontar arqueólogos e acadêmicos mostra-se complexa, pois é preciso preservar tanto o patrimônio erudito quanto o popular, bem como é preciso que os acadêmicos assumam a preservação desse patrimônio.
- ( ) As aspas usadas em "gente de bem" e "pretos da terra" (linhas 35-36) têm por função marcar a presença de um outro discurso, que o autor cita, mas do qual se distancia.
- ( ) O uso de itálico em *ethos* (linha 25) e *mukambu* (linha 31) tem por objetivo marcar que essas palavras são de origem estrangeira, no caso, da língua latina.
- ( ) O uso de parênteses e as informações constantes nesses parênteses em “(LIRA, 1997; SEBASTIÃO, 1998)” têm por objetivo indicar que as informações apresentadas são baseadas em outras obras.
- ( ) A citação da expressão "eles, que são brancos, que se entendam" tem por função demonstrar a existência do discurso negro no país.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência **CORRETA**, de cima para baixo.

- A( ) F – V – F – V – F
- B( ) V – V – F – V – V
- C( ) V – F – V – F – V
- D( ) V – V – F – F – F
- E( ) F – F – F – V – V

11) Assinale a alternativa em que a troca do verbo foi feita de acordo com as normas gramaticais do português padrão.

- A ( ) Disse-nos que **morava** na Rua dos Tucanos. → Disse-nos que **residia** à Rua dos Tucanos.
- B ( ) Se você não **respeita** as leis de trânsito, está sujeito a pesadas multas. → Se você não **obedece** as leis de trânsito, está sujeito a pesadas multas.
- C ( ) Naquela época, voltávamos à Rua Conselheiro Mafra sem medo nem preocupações. → Naquela época, residíamos à Rua Conselheiro Mafra sem medo nem preocupações.
- D ( ) **Cientifique** todos os alunos de que as aulas começam na quinta-feira à tarde. → **Informe** aos alunos de que as aulas começam na quinta-feira à tarde.
- E ( ) A implantação do ensino a distância **ocasionará** grandes gastos. → A implantação do ensino a distância **acarretará** em grandes gastos.

12) Assinale a alternativa **CORRETA** quanto às normas gramaticais do português padrão, à coesão textual e à coerência.

- A ( ) As reservas de petróleo foram encontradas abaixo da camada de sal em levantamento subaquático e possui alto teor de qualidade, do tipo leve, avaliada em mais de oito bilhões de barris.
- B ( ) A pichação de monumentos e de obras públicas tombadas pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional é uma maneira flagrante de os adolescentes desafiarem as autoridades contra a ordem estabelecida.
- C ( ) Destruíram parte da varanda de minha casa de praia onde eu descansava nas férias.
- D ( ) Entende-se por crimes de menor potencial ofensivo, os que a lei determina penas “in abstrato” de até um ano de reclusão.
- E ( ) Já na paródia as palavras são usadas com o sentido de deformação, inversão do texto original, buscando a consciência crítica do leitor, ocorre pois um desvio total do texto original, como se fosse um contra estilo.

13) Leia e analise o fragmento que segue.

1 Notificamos aos servidores em atraso com seus relatórios de estágio que haverá substituição da  
2 chefia do setor. A troca dela dar-se-á no último dia útil do mês. Importa que todos entreguem a  
3 documentação de seleção e de avaliação para averiguação em tempo hábil. Do contrário,  
4 poderá haver reprovação de tais relatórios.

Quanto à redação do aviso anterior, é **CORRETO** afirmar que:

- A ( ) o verbo “haver”, nas linhas 1 e 4, está incorretamente flexionado.
- B ( ) há cacofonia na expressão “troca dela”, linha 2, mas essa não é uma questão relevante em se tratando de textos técnicos.
- C ( ) a regência do verbo “notificar”, linha 1, contém erro.
- D ( ) o uso da mesóclise, na linha 2, é inadequado porque esse é um recurso exclusivo de textos literários na modernidade.
- E ( ) a reiteração de substantivos com sufixo “-ção” confere um eco inadequado ao texto técnico.

- 14)** Assinale as frases que estão escritas de acordo com as normas gramaticais do português padrão.
- I. O diretor da empresa, que os trabalhadores tinham pedido demissão, visto que não concordavam com ele, devia assinar um acordo mediante o qual estabelecer-se-iam os novos salários.
  - II. O assunto deve ser estudado ao nível da diretoria, visando à minimizar conseqüências gravíssimas.
  - III. Poucos sabiam, mas sentia-se magoado por lhe terem tirado o posto de comandante.
  - IV. Bolsas verde-garrafa, sapatos e bermudas pretos, meias e acessórios amarelos, tudo estava à venda na loja recém-inaugurada.
  - V. No Rio de Janeiro do século XIX, Joaquim Manoel de Macedo fixa a vida pequena-burguesa, como no trecho a seguir: “E nos campos a mimosa sensitiva fecha com cuidado os pequenos folíolos, dobra o pecíolo e vai dormir”.
  - VI. Sobrou, apesar do esforço, somente algumas questões a resolver.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- A( ) Somente as frases I, IV e V estão corretas.
- B( ) Somente as frases II, III e VI estão corretas.
- C( ) Somente as frases I e V estão corretas.
- D( ) Somente as frases II, V e VI estão corretas.
- E( ) Somente as frases III e IV estão corretas.

**15)** Em qual das frases abaixo a exclusão da(s) vírgula(s) altera substancialmente o sentido original?

- A( ) Jornalistas, que preferem confiar em suas próprias fontes, entram em conflito com os diretores das empresas onde trabalham.
- B( ) Os funcionários públicos deveriam ter um salário compatível com os salários de mercado, em vez de serem remunerados com base em critérios orçamentários ou de conveniências políticas.
- C( ) A maioria dos torcedores do time está profundamente insatisfeita com o que está aí, e quer que a atual diretoria se demita.
- D( ) Em breve, abriremos espaço para discussão de propostas.
- E( ) A imprensa está sempre a noticiar a respeito, sem que se faça algo a respeito.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16) De acordo com o Art. 2º da Lei n. 10.257/2001, a política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana. Identifique o que for **CORRETO** sobre as diretrizes gerais.

- A( ) Garantia do direito ao crescimento das grandes cidades, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer.
- B( ) Gestão autoritária por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.
- C( ) Ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar: a) a utilização inadequada dos imóveis urbanos; b) a proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes; c) o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivos ou inadequados em relação à infra-estrutura urbana; d) a instalação de empreendimentos ou atividades que possam funcionar como pólos geradores de tráfego, sem a previsão da infra-estrutura correspondente; e) a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização; f) a deterioração das áreas urbanizadas; g) a poluição e a degradação ambiental.
- D( ) Cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse privado; na oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos gratuitos, em atendimento aos interesses e necessidades da população e às características locais.
- E( ) Planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a concentrar as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente.

17) Com relação aos Instrumentos da Política Urbana previstos no Estatuto da Cidade, é **CORRETO** afirmar que eles se constituem de:

- A( ) planos nacionais, regionais e estaduais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social; planejamento das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões; planejamento municipal; estudo pós-ocupação de impacto ambiental (EIA) e estudo pós-ocupação de impacto de vizinhança (EIV).
- B( ) planos nacionais, regionais e estaduais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social; planejamento das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões; planejamento municipal; institutos tributários e financeiros; institutos jurídicos e políticos; estudo prévio de impacto ambiental (EIA) e estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV).
- C( ) planos nacionais, regionais e estaduais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social; planejamento das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões; planejamento municipal; institutos tributários e financeiros; institutos jurídicos e políticos; estudo pós-ocupação de impacto ambiental (EIA) e estudo pós-ocupação de impacto de vizinhança (EIV).
- D( ) planos nacionais, regionais, estaduais e locais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico, social e ambiental; planejamento das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas, microrregiões, cidades e bairros; planejamento municipal sem estudo prévio de impacto ambiental (EIA) e com estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV).
- E( ) planos nacionais, regionais e estaduais de ordenação do território e de desenvolvimento privado, econômico e social; planejamento das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões; planejamento municipal; institutos tributários e financeiros; institutos jurídicos e políticos; estudo prévio de impacto ambiental (EIA) e estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV).

**18)** Identifique se são **verdadeiras (V)** ou **falsas (F)** as afirmativas com relação ao usucapião especial de imóvel urbano, segundo a Lei do Estatuto da Cidade.

- ( ) Aquele que possuir como sua área ou edificação urbana de até quinhentos e cinquenta metros quadrados, por dois anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
- ( ) As áreas urbanas com mais de quinhentos e cinquenta metros quadrados, ocupadas por população de baixa renda para sua moradia, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, onde não for possível identificar os terrenos ocupados por cada possuidor, são susceptíveis de serem usucapidas coletivamente, desde que os possuidores não sejam proprietários de outro imóvel urbano ou rural.
- ( ) Aquele que possuir como sua área ou edificação urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
- ( ) As áreas urbanas com mais de duzentos e cinquenta metros quadrados, ocupadas por população de baixa renda para sua moradia, por dois anos, ininterruptamente e sem oposição, onde não for possível identificar os terrenos ocupados por cada possuidor, são susceptíveis de serem usucapidas coletivamente, desde que os possuidores não sejam proprietários de outro imóvel urbano ou rural.
- ( ) As áreas urbanas com mais de duzentos e cinquenta metros quadrados, ocupadas por população de baixa renda para sua moradia, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, onde não for possível identificar os terrenos ocupados por cada possuidor, são susceptíveis de serem usucapidas coletivamente, desde que os possuidores não sejam proprietários de outro imóvel urbano ou rural.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência **CORRETA**, de cima para baixo.

- A( ) F – F – V – F – V
- B( ) V – V – F – F – F
- C( ) V – F – F – V – F
- D( ) F – V – V – F – F
- E( ) V – F – F – F – V

**19)** Identifique se são **verdadeiras (V)** ou **falsas (F)** as afirmativas com relação ao plano diretor municipal previsto na Lei Federal n. 10.257/2001.

- ( ) O plano diretor poderá fixar áreas nas quais o direito de construir poderá ser exercido acima do coeficiente de aproveitamento básico adotado, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário.
- ( ) O plano diretor poderá fixar áreas nas quais poderá ser permitida alteração de uso do solo, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário.
- ( ) O plano diretor é obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes e para cidades integrantes de regiões metropolitanas e/ou aglomerações urbanas e deverá ser revisto, pelo menos, a cada vinte anos.
- ( ) O plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana. A lei que instituir o plano diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada ano.
- ( ) O plano diretor é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas. O plano diretor deverá englobar o território do Município como um todo.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência **CORRETA**, de cima para baixo.

- A( ) F – F – V – F – V
- B( ) V – V – F – F – F
- C( ) V – F – F – V – F
- D( ) V – V – F – F – V
- E( ) F – F – F – V – V

20) Identifique se são **verdadeiras (V)** ou **falsas (F)** as afirmativas com relação às atividades técnicas que serão desenvolvidas pelo estudo de impacto ambiental segundo a Resolução CONAMA n. 001, de 23 de janeiro de 1986.

- ( ) Diagnóstico ambiental da área de influência do projeto, completa descrição e análise dos recursos ambientais e suas interações, tal como existem, de modo a caracterizar a situação ambiental da área, antes da implantação do projeto, considerando: a) o meio físico – o subsolo, as águas, o ar e o clima, destacando os recursos minerais, a topografia, os tipos e aptidões do solo, os corpos d'água, o regime hidrológico, as correntes marinhas, as correntes atmosféricas; b) o meio biológico e os ecossistemas naturais – a fauna e a flora, destacando as espécies indicadoras da qualidade ambiental, de valor científico e econômico, raras e ameaçadas de extinção e as áreas de preservação permanente; c) o meio socioeconômico – o uso e ocupação do solo, os usos da água e a socioeconomia, destacando os sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais da comunidade, as relações de dependência entre a sociedade local, os recursos ambientais e a potencial utilização futura desses recursos.
- ( ) Análise dos impactos ambientais do projeto e de suas alternativas, através de identificação, previsão da magnitude e interpretação da importância dos prováveis impactos relevantes, discriminando: os impactos negativos (adversos), diretos e indiretos, imediatos e a médio e longo prazos, permanentes; seu grau de reversibilidade; suas propriedades cumulativas e sinérgicas; a distribuição dos ônus e benefícios sociais.
- ( ) Definição das medidas mitigadoras dos impactos positivos, entre elas os equipamentos de controle e sistemas de tratamento de despejos, avaliando a eficiência de cada uma delas. Elaboração do programa de acompanhamento e monitoramento (os impactos positivos e negativos, indicando os fatores e parâmetros a serem considerados).
- ( ) Análise dos impactos ambientais do projeto e de suas alternativas, através de identificação, previsão da magnitude e interpretação da importância dos prováveis impactos relevantes, discriminando: os impactos positivos (benéficos), diretos e indiretos, imediatos e a médio e longo prazos, temporários; seu grau de reversibilidade; suas propriedades cumulativas e sinérgicas; a distribuição dos ônus e benefícios sociais.
- ( ) Definição das medidas mitigadoras dos impactos negativos, entre elas os equipamentos de controle e sistemas de tratamento de despejos, avaliando a eficiência de cada uma delas. Elaboração do programa de acompanhamento e monitoramento (os impactos positivos e negativos, indicando os fatores e parâmetros a serem considerados).

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência **CORRETA**, de cima para baixo.

- A( ) V – F – F – V – V
- B( ) V – V – F – F – V
- C( ) F – F – V – V – F
- D( ) F – V – V – V – F
- E( ) V – F – F – F – V

21) Identifique se são **verdadeiras (V)** ou **falsas (F)** as afirmativas com relação às atividades técnicas que serão desenvolvidas pelo relatório de impacto ambiental – RIMA segundo a Resolução CONAMA n. 001, de 23 de janeiro de 1986.

- ( ) O relatório de impacto ambiental deverá conter os objetivos e justificativas do projeto, sua relação e compatibilidade com as políticas setoriais, planos e programas privados e planos e programas governamentais.
- ( ) O relatório de impacto ambiental deverá conter a descrição do projeto e suas alternativas tecnológicas e locacionais – especificando para cada um deles, nas fases de construção e operação, a área de influência, as matérias-primas e mão-de-obra, as fontes de energia, os processos e técnicas operacionais, os prováveis efluentes, emissões, resíduos de energia, os empregos diretos e indiretos a serem gerados – e a síntese dos resultados dos estudos de diagnóstico ambiental da área de influência do projeto.
- ( ) O relatório de impacto ambiental deverá conter o programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos, assim como a recomendação quanto à alternativa menos favorável (conclusões e comentários de ordem geral).
- ( ) O relatório de impacto ambiental deverá conter a descrição dos prováveis impactos ambientais da implantação e operação da atividade, considerando o projeto, suas alternativas, os horizontes de tempo de incidência dos impactos e indicando os métodos, técnicas e critérios adotados para sua identificação, quantificação e interpretação.
- ( ) O relatório de impacto ambiental deverá conter a caracterização da qualidade ambiental pretérita da área de influência, comparando as diferentes situações da adoção do projeto com suas alternativas, bem como com a hipótese de sua não realização; a descrição do efeito esperado das medidas mitigadoras previstas em relação aos impactos negativos, mencionando aqueles que não puderam ser evitados; e o grau de alteração esperado.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência **CORRETA**, de cima para baixo.

- A( ) V – F – F – V – V
- B( ) V – F – V – F – V
- C( ) F – F – V – V – F
- D( ) V – V – V – V – F
- E( ) F – V – F – V – F

22) Assinale a alternativa **CORRETA**.

No manual de procedimentos da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, elaborado pelo CREA – SC, um parecer é:

- A( ) atividade que implica elaborar uma peça escrita na qual conste opinião fundamentada sobre determinado assunto emitida por profissional habilitado.
- B( ) atividade que produz um relatório com elementos escritos e gráficos devidamente comprovados sobre um determinado problema técnico.
- C( ) atividade que envolve a pesquisa, o exame e a verificação acerca da verdade ou da realidade de certos fatos e que depende de habilidade técnica e de conhecimento técnico.
- D( ) atividade que envolve a investigação minudente, sistemática e metódica para a elucidação ou o conhecimento dos aspectos técnicos e/ou científicos de determinado processo, fenômeno ou fato.
- E( ) atividade que envolve a constatação de um fato, mediante exame circunstanciado e descrição minuciosa dos elementos que o constituem, sem a indagação das causas que o motivaram.



**23)** De acordo com o Código de Processo Civil, Lei n. 5869/73, quando existe um litígio, por exemplo a definição dos limites de um terreno, e a prova do fato depender de conhecimento técnico ou científico, o juiz poderá ser assistido por perito. A perícia técnica é uma das provas a serem produzidas no processo judicial e pode ser requerida pelo juiz, pela promotoria pública ou por qualquer uma das partes envolvidas.

Com base nestas informações, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A( ) A prova pericial consiste em exame, vistoria ou avaliação, cujas definições jurídicas são as seguintes: exame é a inspeção judicial feita por perito sobre pessoas, animais, coisas móveis, livros e papéis, a fim de se verificar algum fato ou circunstância aos mesmos relativa; vistoria é a inspeção judicial feita por perito sobre um imóvel, para verificar fatos ou circunstâncias relativas ao mesmo; avaliação é o exame pericial destinado a verificar o valor em dinheiro de alguma coisa ou obrigação.
- B( ) Os peritos serão escolhidos entre profissionais de nível universitário, devidamente inscritos no órgão de classe competente, que, no caso de engenheiros e arquitetos, é o CREA, com bom conhecimento dos códigos e leis vigentes, do Código Civil Brasileiro e do Código de Processo Civil, por isso é também necessário que sejam pelo menos bacharéis em direito, dispensando-se, entretanto, o exame da Ordem dos Advogados do Brasil.
- C( ) Nas localidades onde não houver profissionais qualificados nem profissionais que possam comprovar sua especialidade na matéria sobre a qual deverão opinar, a indicação dos peritos será de livre escolha do juiz, que pode nomear uma pessoa de sua confiança, desde que ela tenha cursado uma faculdade.
- D( ) Para o desempenho de sua função, o perito e os assistentes técnicos podem instruir o laudo com plantas, desenhos, fotografias e outras peças quaisquer disponíveis em repartições públicas. Não podem, entretanto, ouvir testemunhas ou obter informações solicitando documentos que estejam em poder de alguma das partes interessadas no processo, tendo em vista que estas são atribuições exclusivas da autoridade policial.
- E( ) Mesmo que o Código de Processo Civil recomende que os peritos sejam escolhidos entre profissionais de nível universitário, devidamente inscritos no órgão de classe competente, não existe no sistema CONFEA/CREA nenhuma resolução específica que regulamente o exercício de perícias em engenharia.

**24)** Segundo Edgar Graeff (GRAEFF, *Edifício*, in Projeto, vol. 7, 1979, p. 23), “O programa de necessidades determina a realização de um espaço arquitetônico para abrigar e favorecer o exercício de certas atividades humanas. Sob a forma de um edifício ou sob a forma de um espaço urbano, o espaço arquitetônico tem como traço mais importante o fato de constituir um ambiente especialmente condicionado às atividades que abriga”.

Em relação ao programa de necessidades, é **CORRETO** afirmar que:

- A( ) o programa de necessidades se restringe à organização do espaço com vistas aos aspectos físicos e mecânicos da atividade e é ordenado em função dos aspectos estéticos.
- B( ) o programa de necessidades apresenta exigências de natureza prática ou física e exigências de natureza psicológica, umas e outras perfeitamente identificadas.
- C( ) o programa de necessidades se define apenas pelas exigências práticas e físicas das atividades.
- D( ) o programa de necessidades se define pelos aspectos psicológicos das atividades.
- E( ) o programa de necessidades apresenta apenas o dimensionamento dos espaços destinados às atividades.

25) Considerando o Código de Obras e Edificações da Prefeitura Municipal de Florianópolis, instituído pela Lei n. 1246/74, é **CORRETO** afirmar que:

- A( ) no Código de Obras estão estabelecidas as diretrizes básicas para o desenvolvimento urbano da cidade.
- B( ) o Código de Obras é uma atribuição exclusiva do Poder Executivo Municipal, não necessitando ser aprovado pela Câmara de Vereadores.
- C( ) o Código de Obras disciplina os procedimentos administrativos e executivos e as regras gerais e específicas a serem obedecidas na execução de obras.
- D( ) a critério do município, no interesse da preservação do patrimônio, poderão ser isentadas de exigências do Código de Obras as reformas, restaurações e ampliações em edificações existentes e identificadas como de valor histórico, artístico ou cultural.
- E( ) o Código de Obras visa o progressivo aperfeiçoamento da construção e o aprimoramento da arquitetura das edificações, não disciplinando sobre a melhoria dos padrões mínimos de segurança, higiene, salubridade e conforto das edificações.

26) Segundo o Capítulo VI – Normas Técnicas do Código de Obras e Edificações da Prefeitura Municipal de Florianópolis – Lei n. 1246/74, é **CORRETO** afirmar que:

- A( ) as fundações e estruturas deverão ficar situadas inteiramente dentro dos limites do lote e desconsiderar as interferências para com as edificações vizinhas, logradouros e instalações de serviços públicos.
- B( ) os componentes básicos da edificação, que compreendem fundações, estruturas, paredes e cobertura, deverão apresentar resistência ao fogo, à água, ao sol, aos ventos, isolamento térmico, isolamento e condicionamento acústico, estabilidade e impermeabilidade adequados à função e porte da construção, ser especificados e dimensionados por profissional habilitado e atender às normas da ABNT.
- C( ) a composição plástica de uma edificação, sempre que possível, deve integrar-se com unidade na composição do conjunto formado pelas edificações vizinhas.
- D( ) as paredes das edificações em geral, quando executadas em alvenaria, deverão ter espessura não inferior a 0,22 m (vinte e dois centímetros).
- E( ) os pavimentos acima do solo que não forem vedados por paredes perimetrais deverão dispor de guarda-corpo de proteção contra quedas com altura mínima de 2,10 m (dois metros e dez centímetros) resistente a impactos e pressão.

27) Em relação à iluminação e à ventilação dos compartimentos, segundo o Capítulo VI – Normas Técnicas do Código de Obras e Edificações da Prefeitura Municipal de Florianópolis – Lei n. 1246/74, é **CORRETO** afirmar que:

- A( ) nenhum vão será considerado como iluminando e/ou ventilando pontos de compartimento que dele distem mais de dez vezes o valor do pé-direito desse compartimento.
- B( ) quando a iluminação e/ou ventilação dos compartimentos efetivar-se por vãos localizados em áreas cobertas, a profundidade destas não deverá ser maior que a largura livre nem superior ao dobro da altura livre da abertura que comunicar diretamente com o exterior.
- C( ) quando a iluminação e/ou ventilação de um ou mais compartimentos for feita através de outro, o dimensionamento da abertura voltada para o exterior será proporcional ao somatório do dobro das áreas dos compartimentos.
- D( ) metade da área dos vãos deverá ser destinada à ventilação do compartimento e a sua totalidade à iluminação da soma das áreas dos pavimentos.
- E( ) todo e qualquer compartimento deverá ter comunicação com o exterior através de vãos ou dutos, pelos quais se fará a iluminação e a ventilação ou só a ventilação do mesmo.

**28) Assinale a alternativa CORRETA.**

No estado de Santa Catarina, as edificações devem atender às Normas de Segurança Contra Incêndios (NSCI – Decreto Estadual n. 4.909, de outubro de 1994). Segundo estas Normas, pode-se afirmar o seguinte:

- A( ) a localização, a função da ocupação da edificação e a carga de fogo são os fatores que determinam a classificação do risco de incêndio, que pode ser leve, médio ou elevado, o que, por sua vez, determinará os níveis de exigências dos sistemas de segurança contra incêndios. A carga de fogo é calculada pela relação entre uma determinada quantidade equivalente de madeira e a área do edifício ou de parte dele.
- B( ) em cidades de porte médio em que a guarnição dos bombeiros disponha de escada motorizada, vulgarmente conhecida pelo nome comercial de Escada Magirus, somente prédios com mais de 750 m<sup>2</sup> de área ou mais de três pavimentos devem apresentar projeto de prevenção contra incêndios aprovado no setor de atividades técnicas do Corpo de Bombeiros.
- C( ) o pára-raios, por fazer parte do sistema de proteção contra descargas atmosféricas, não é considerado como um dos itens do projeto de prevenção de incêndios.
- D( ) todos os edifícios devem possuir sistemas de proteção por extintores de incêndios, exceto edificações residenciais unifamiliares e estabelecimentos comerciais que tenham acesso direto para o logradouro público e área menor que 100 m<sup>2</sup>.
- E( ) para edifícios antigos com muitos pavimentos, além das escadas, as saídas de emergência previstas nas NSCI são: as escadas metálicas externas próximas das janelas, as passarelas treliçadas de aço entre prédios vizinhos e os heliportos.

**29) As escadas são consideradas como as principais saídas de emergência de uma edificação com mais de um pavimento e também permitem que os bombeiros adentrem ao edifício para realizar o combate a um eventual incêndio. De acordo com as Normas de Segurança Contra Incêndios de Santa Catarina (NSCI – Decreto Estadual n. 4.909, de outubro de 1994), qual das alternativas abaixo é CORRETA?**

- A( ) A largura das escadas deve ser proporcional ao número de pessoas que transitar por elas e não pode ser inferior a 1,00 m (um metro) em edificações em geral (mínimo duas unidades de passagem) e nem a 2,10 m (dois metros e dez centímetros) em hospitais e assemelhados (mínimo quatro unidades de passagem).
- B( ) As escadas são classificadas quanto ao tipo em: escada comum, escada protegida, escada enclausurada e escada à prova de fumaça. O tipo e o número de escadas necessárias dependem da classificação, da altura, do número de pavimentos e da área dos pavimentos da edificação.
- C( ) As escadas são classificadas quanto ao tipo em: escada comum, escada protegida com antecâmara, escada à prova de fumaça pressurizada e, em casos especiais, escada com *sprinkles* (chuveiros automáticos). Todas as escadas devem ser construídas em concreto armado ou material equivalente que resista a, pelo menos, duas horas de fogo. Não são admitidos degraus em leque.
- D( ) As escadas à prova de fumaça devem ser pressurizadas por compressores de ar, acionados automaticamente em caso de incêndio. Esta pressurização garantirá uma pressão interna maior que a externa e não permitirá que a fumaça entre no interior da caixa da escada.
- E( ) O guarda-corpo com altura mínima de 1,10 m somente é exigido para escadas comuns ou para escadas que não possuam corrimão.

**30)** No livro *Como Evitar Erros na Construção* (PINI 1996), Ernesto Ripper escreve que, quando se projeta uma armadura de uma viga ou de um pilar, deve-se pensar na execução desta armadura no local de aplicação, se não há congestionamento de barras, o que acontece principalmente nos apoios ou nos encontros de vigas. Normalmente essas aglomerações não aparecem no desenho em separado das vigas e dos pilares.

Com base nestes fatos, pode-se afirmar que:

- I. Isto não é problema, pois o excesso de aço torna mais rígido o vínculo entre as peças estruturais do que o previsto no projeto, o que é favorável para a segurança da obra.
- II. Se houver dificuldade para a concretagem e/ou para a introdução da agulha do vibrador, o armador, que deve ser um operário com grande experiência no assunto, pode suprimir as barras excedentes ou desviar as que estejam atrapalhando o andamento dos trabalhos.
- III. No caso da armadura de espera para ligação de continuidade de um pilar com o pavimento superior, a melhor opção é deixar os ferros de espera ligeiramente inclinados para dentro e encaixar a armadura do pilar superior por fora.
- IV. O ideal é que a ligação entre as armaduras de duas peças fosse sempre executada através de solda ou que o projeto estrutural contivesse desenhos prevendo estas situações de congestionamento e apresentando a solução.
- V. Em caso de dúvida ou falha no projeto estrutural, o engenheiro ou o arquiteto responsável pela execução da obra deve consultar o projetista, porque ele conhece melhor o objetivo do elemento construtivo em questão. Se for difícil a consulta ou não houver tempo, o engenheiro ou o arquiteto pode tomar a decisão que considerar mais conveniente para resolver o problema, assumindo a responsabilidade pela sua decisão.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- A)  Estão corretas as afirmações III, IV e V.
- B)  Estão corretas as afirmações I, II e V.
- C)  Estão corretas as afirmações II, III e IV.
- D)  Todas as afirmações estão corretas.
- E)  Nenhuma das afirmações está correta.

**31)** Na elaboração do orçamento, utilizando a Tabela de Composição de Preços para Orçamento – TCPO (Editora PINI), para a construção de uma edificação, pode-se dividi-lo genericamente em quatro grandes partes: materiais, mão-de-obra, leis sociais e benefícios e despesas indiretas – BDI.

Diante disso, é **CORRETO** afirmar que:

- A)  para o cálculo das leis sociais utiliza-se um percentual sobre materiais e mão-de-obra.
- B)  para o cálculo do BDI utiliza-se um percentual sobre as demais partes, cujo valor considera somente as despesas indiretas relacionadas com a respectiva obra.
- C)  para o cálculo do tempo utilizado pelos operários (mão-de-obra) são computadas as horas realmente trabalhadas.
- D)  normalmente o percentual utilizado para o cálculo das leis sociais é muito inferior ao utilizado para o cálculo do BDI.
- E)  os equipamentos não entram no orçamento porque são propriedade da empresa construtora.

32) A 33ª edição do livro *Direito Administrativo Brasileiro* (Malheiros, 2007), de Helly Lopes Meirelles, define gerenciamento como: A atividade técnica de mediação ou relacionamento entre o patrocinador da obra e seus projetistas e executores, visto que o profissional ou empresa contratada para esta atividade não executa materialmente o empreendimento, mas propicia a sua execução indicando os meios mais econômicos e eficazes para a sua realização. Com base nesta definição e apoiando-se nos estudos de Jungles e Ávila (*Gerenciamento na Construção Civil*, Argos, 2006), considere as citações abaixo:

- I. Definida já na fase de concepção do projeto, a forma de gerenciamento a ser adotada permite o estabelecimento de responsabilidades e a definição de recursos e tecnologias a serem mobilizadas. Desta forma, ocorre uma minimização de esforços na condução do projeto, pois evita-se a superposição e o conflito de atribuições, o que contribui para o bom andamento do empreendimento e a confiança do financiador.
- II. Na construção civil, o gerenciador, no desempenho de suas funções, detém a responsabilidade de dirigir o empreendimento, exercendo diretamente ou através de seus prepostos as seguintes atividades: programação, controle, supervisão e fiscalização.
- III. A fiscalização consiste em uma atividade mais voltada à frente de serviço, pois examina e observa o real cumprimento do contrato. A esta atividade é atribuída a responsabilidade de execução de testes necessários para garantir a qualidade desejada e o desempenho esperado. O gerenciador da obra, que sempre é o responsável técnico pela execução, não deve transferir a tarefa de fiscalização para outra pessoa, pois assim não teria a certeza de que a obra está sendo corretamente executada.
- IV. Cabe ao gerenciador a responsabilidade de conduzir o relacionamento do proprietário com os demais atores participantes, nomeadamente: projetistas, fornecedores, empreiteiros, subempreiteiros, consultores, etc.
- V. Segundo o Project Management Institute e a norma da ABNT, o gerente de uma obra não deve se envolver com a questão financeira do empreendimento porque isto poderia interferir no seu processo de decisão de construir com a melhor qualidade e a maior segurança possível.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- A( ) Estão corretas as citações II, III, IV e V.
- B( ) Estão corretas as citações III e V.
- C( ) Estão corretas as citações I, II e IV.
- D( ) Todas as citações estão corretas.
- E( ) Nenhuma das citações está correta.

- 33)** Uma norma técnica é um documento estabelecido por consenso e aprovado por um organismo reconhecido que fornece, para uso comum e repetitivo, regras, diretrizes ou características para atividades ou para seus resultados, visando à obtenção de um grau ótimo de ordenação em um dado contexto. A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é o órgão responsável pela normalização técnica no país, fornecendo a base necessária ao desenvolvimento tecnológico brasileiro. No Brasil existem as normas ABNT NBR (sigla de Norma Brasileira), que são de uso voluntário, isto é, não são obrigatórias por lei, podendo-se fornecer um produto ou serviço que não siga a norma aplicável no mercado determinado, e as normas NR (sigla de Norma Regulamentadora), que são estabelecidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego e tem caráter obrigatório. Considere as citações abaixo:
- I. Alguns serviços ou sistemas da construção civil são normalizados apenas por normas tipo ABNT NBR, portanto o projetista pode decidir se as utilizará ou não; se ocorrer algum problema nestes sistemas ou serviços, não poderá ser responsabilizado judicialmente porque são normas de caráter voluntário.
  - II. Alguns serviços ou sistemas da construção civil são normalizados apenas por normas tipo ABNT NBR, portanto o projetista pode decidir se as utilizará ou não; porém, se ocorrer algum problema nestes sistemas ou serviços, poderá ser responsabilizado judicialmente em função da jurisprudência do Código de Defesa do Consumidor.
  - III. A ABNT é um departamento federal subordinado ao INMETRO, Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial, uma autarquia vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.
  - IV. O processo de desenvolvimento de uma norma inicia-se com a identificação da demanda pela norma, a sua inclusão num plano de normalização setorial e a atribuição a uma Comissão de Estudo que terá a responsabilidade de desenvolver o texto. Quando os membros da Comissão atingem o consenso em relação ao texto, este é encaminhado, como projeto de norma brasileira, para consulta pública. Qualquer pessoa ou entidade pode enviar comentários e sugestões ao projeto de norma ou recomendar que não seja aprovado, com a devida justificativa técnica. Aprovado o texto do projeto de norma brasileira na consulta pública, o projeto converte-se em norma brasileira (NBR), entrando em vigor 30 dias após o anúncio da sua publicação.
  - V. A Normalização visa atingir diversos objetivos, entre os quais se pode destacar: a simplificação, pois reduz as variedades de produtos e de procedimentos, de modo a simplificar o relacionamento entre produtor e consumidor; a segurança, pois estabelece requisitos técnicos destinados a assegurar a proteção da vida humana, da saúde e do meio ambiente; e a economia, porque diminui o custo de produtos e serviços mediante a sistematização, racionalização e ordenação dos processos e das atividades produtivas, com a conseqüente economia para fornecedores e clientes.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- A( ) Estão corretas as citações I, IV e V.
- B( ) Estão corretas as citações I, III e V.
- C( ) Estão corretas as citações II, III, IV e V.
- D( ) Estão corretas as citações II, IV e V.
- E( ) Nenhuma das citações está correta.

**34)** Considere as citações abaixo:

- I. O Método do Caminho Crítico (*Critical Path Method – CPM*) pode ser aplicado a um cronograma físico-financeiro trazendo inúmeros benefícios ao controle da construção de uma edificação.
- II. A rede PERT (*Program Evaluation and Review Technique*) é um instrumento eficiente para controle da construção de uma edificação.
- III. No cronograma físico-financeiro estão apresentadas, além de todas as etapas de execução de uma edificação, as respectivas dependências entre estas etapas.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- A( ) Somente a citação I está correta.  
B( ) Somente a citação II está correta.  
C( ) As citações I e II estão corretas.  
D( ) As citações I e III estão corretas.  
E( ) Todas as citações estão corretas.

**35)** Assinale a alternativa **CORRETA**.

- A( ) A elaboração do Caderno de Encargos é responsabilidade da empresa que construirá a edificação.  
B( ) O Caderno de Encargos tem a função de estabelecer as responsabilidades entre a empresa contratante e o construtor.  
C( ) No Caderno de Encargos estão estabelecidos os serviços a serem executados para a construção de uma edificação com os respectivos preços.  
D( ) O Caderno de Encargos estabelece as atividades que devem ser desenvolvidas durante a construção de uma edificação nos respectivos meses.  
E( ) No Caderno de Encargos estão discriminados os materiais e os serviços que deverão ser observados durante a construção de uma edificação.

**36)** O Art. 6º, inciso VIII, da Lei n. 8666, que controla as Licitações, cuja redação foi alterada pela Lei n. 8883, de 08.06.1994, determina que a execução indireta, modalidade pela qual o órgão ou a entidade contrata terceiros, acontece sob 4 (quatro) regimes. Qual das seqüências abaixo corresponde aos regimes **CORRETOS**?

- A( ) Empreitada por preço global, empreitada por preço ajustado, tarefa parcial, contrato integral.  
B( ) Empreitada por contrato, empreitada por preço unitário, tarefa global, empreitada parcial.  
C( ) Empreitada por preço parcial, empreitada por preço unitário, empreitada por preço parcelado, empreitada por preço ajustado.  
D( ) Empreitada por preço global, empreitada por preço unitário, tarefa, empreitada integral.  
E( ) Empreitada por preço ajustado, empreitada por preço sem reajuste, tarefa reajustada, contrato integral.

37) Considerando-se os custos globais para a produção de uma edificação, é **CORRETO** afirmar que:

- A( ) segundo a regra de Sittler (lei dos cinco), os custos de manutenção podem crescer numa progressão geométrica de razão 5 (cinco) quando são necessárias modificações nas fases de projeto, construção, manutenção preventiva e manutenção corretiva.
- B( ) os custos ao longo da vida útil da edificação (*life cycle costs*) englobam: custos de projeto, construção e manutenção.
- C( ) os custos de manutenção de uma edificação normalmente têm um valor constante ao longo da vida útil dessa edificação, independentemente da sua idade.
- D( ) de maneira geral, sempre é mais conveniente realizar nas edificações manutenções corretivas do que manutenções preventivas, uma vez que os custos da manutenção corretiva são sempre menores que os da manutenção preventiva.
- E( ) o valor do custo de manutenção de cada elemento que compõe uma edificação (fundações, paredes, pisos, cobertura, instalações, etc.) tende a ter um valor anual proporcional ao custo da sua execução.

38) De acordo com Sheila Ornstein (ORNSTEIN, Sheila. *Avaliação Pós-Ocupação do Ambiente Construído*. Edusp, 1992), as variáveis do Ambiente Construído a serem consideradas em uma Avaliação Pós-Ocupação – APO são: Construtiva, Funcional, Econômica, Estética, Comportamental e de Estrutura Organizacional.

Com base nesse enunciado, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A( ) A avaliação Econômica deve ser realizada em relação ao projeto e execução do ambiente construído.
- B( ) A avaliação Comportamental é a variável básica da APO, pois lida com o ponto de vista de várias categorias ou extratos de usuários.
- C( ) Na avaliação Estética, os valores atribuídos pelos avaliadores arquitetos e pelos avaliadores leigos não diferem muito, uma vez que esses avaliadores têm um repertório cultural muito semelhante.
- D( ) A avaliação Funcional trata fundamentalmente do desempenho técnico de cada usuário que está utilizando o espaço para a realização das suas atividades profissionais.
- E( ) Na avaliação Construtiva, analisa-se o desempenho dos materiais e técnicas construtivas, que, quando são de boa qualidade, não interferem no conforto ambiental do ambiente construído.



**39)** A fiscalização de obras tem o objetivo de garantir que as instalações e obras estão sendo realizadas conforme os projetos e que o cronograma está sendo cumprido. Este serviço proporciona ao proprietário a certeza de que seu projeto está sendo executado conforme suas expectativas. A fiscalização será exercida pelo responsável técnico, engenheiro ou arquiteto, do momento inicial até o recebimento definitivo da obra ou serviço de engenharia. Caberá à fiscalização, dentre outras, as seguintes ações:

- I. Solucionar as incoerências, falhas e omissões eventualmente constatadas no projeto básico ou executivo, ou nas demais informações e instruções complementares do Caderno de Encargos, necessárias ao desenvolvimento dos serviços.
- II. Havendo necessidade de substituição de materiais, realizar análise técnica para verificação de sua composição, qualidade, garantia e especificações técnicas, fornecidas por meio de parecer do fabricante do material ou seu representante.
- III. Exercer controle sobre o cronograma físico-financeiro de execução das obras e serviços de engenharia.
- IV. Responsabilizar-se pela medição das obras e/ou dos serviços de engenharia executados.
- V. Exercer controle sobre o pessoal que trabalha na obra.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- A( ) Estão corretas as afirmativas I, III e V.
- B( ) Estão corretas as afirmativas I, II e III.
- C( ) Estão corretas as afirmativas II, IV e V.
- D( ) Todas as afirmativas estão corretas.
- E( ) Nenhuma das afirmativas está correta.

40) Em termos de detalhamento técnico construtivo e de execução física de uma viga de concreto armado, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A( ) Caso na obra ocorra a falta de vergalhões de aço de um determinado diâmetro que estavam previstos no projeto para serem utilizados na montagem da armadura da viga, é permitido que estes vergalhões sejam substituídos por outros com diferente diâmetro, desde que seja garantida a área do aço inicialmente prevista no cálculo estrutural. Nestes casos, recomenda-se que sejam utilizados vergalhões de menor diâmetro para melhorar o processo de aderência.
- B( ) A armadura principal tem a função de resistir aos esforços de tração, a armadura secundária tem a função de montagem dos estribos, os estribos têm a função de resistir aos esforços de cisalhamento e a armadura de pele, utilizada na lateral de vigas muito altas, tem a função de garantir o cobrimento do aço pela colocação dos espaçadores.
- C( ) Caso, por algum motivo, se deseje reforçar uma viga, é sempre preferível aumentar a quantidade de aço em seu interior a aumentar a área de concreto.
- D( ) Caso, em função de problemas no adensamento do concreto, ocorram pequenos orifícios resultantes de bolhas de ar ou de água que deixem parte da armadura exposta, é necessário que se providencie imediatamente o reboco da viga com argamassa com base de cal para preenchimento destes orifícios, sob pena de o aço sofrer forte corrosão. Se os orifícios forem muito grandes, o responsável pela fiscalização deve avaliar qual providencia adotar.
- E( ) Para peças de concreto que estiverem ao ar livre ou expostas ao sol é recomendado que, após a concretagem, sejam mantidas úmidas durante um determinado período de tempo para melhorar o processo de cura.

✂-----  
**GRADE DE RESPOSTAS** (Somente esta parte poderá ser destacada)

<b>QUESTÕES</b>	<b>01</b>	<b>02</b>	<b>03</b>	<b>04</b>	<b>05</b>	<b>06</b>	<b>07</b>	<b>08</b>	<b>09</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>13</b>	<b>14</b>	<b>15</b>	<b>16</b>	<b>17</b>	<b>18</b>	<b>19</b>	<b>20</b>	
<b>RESPOSTAS</b>																					

<b>QUESTÕES</b>	<b>21</b>	<b>22</b>	<b>23</b>	<b>24</b>	<b>25</b>	<b>26</b>	<b>27</b>	<b>28</b>	<b>29</b>	<b>30</b>	<b>31</b>	<b>32</b>	<b>33</b>	<b>34</b>	<b>35</b>	<b>36</b>	<b>37</b>	<b>38</b>	<b>39</b>	<b>40</b>	
<b>RESPOSTAS</b>																					





UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

EDITAL Nº /DDPP/2008

Concurso público para provimento de cargos da carreira técnico-administrativa em educação,  
da Universidade Federal de Santa Catarina

**CARGO: ARQUITETO E URBANISTA**

Data: 15/06/2008

Duração: 15h00min às 18h00min (3 horas)

**INSTRUÇÕES**

- 1 - Para fazer a prova você usará este caderno de prova com 40 (quarenta) questões objetivas e um CARTÃO-RESPOSTA, os quais deverão ser assinados.
- 2 - Verifique se este caderno de prova corresponde ao cargo no qual você está inscrito. Caso não corresponda, reclame imediatamente.
- 3 - Verifique, no caderno de prova, se faltam folhas, se a seqüência de questões, no total de **40** (quarenta), está correta e se há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas. Comunique imediatamente ao fiscal qualquer irregularidade.
- 4 - Confira, no CARTÃO-RESPOSTA, seu número de inscrição, seu nome e o cargo para o qual se inscreveu. Examine se há marcações indevidas no campo destinado às suas respostas. Se houver, reclame imediatamente.
- 5 - Transcreva os dados do CARTÃO-RESPOSTA para os campos correspondentes existentes na parte inferior desta página.
- 6 - A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo permitidas perguntas aos fiscais.
- 7 - Não destaque folhas da prova, exceto aquela que contém o quadro para suas respostas, a qual poderá ser destacada e levada com você.
- 8 - Para cada questão são apresentadas **5** (cinco) alternativas diferentes de respostas (**A, B, C, D e E**). Apenas uma delas constitui a **resposta correta** em relação ao **enunciado da questão**.
- 9 - Utilize **caneta esferográfica com tinta preta** (preferencialmente) ou **azul**.
- 10 - Questões em branco ou que contenham mais de uma resposta ou emendas ou rasuras não serão consideradas.
- 11 - Não será permitida, durante a realização da prova, a comunicação entre os candidatos, o porte e utilização de aparelhos celulares ou similares, de calculadoras ou similares, de relógios, de livros, de anotações, de impressos ou de qualquer outro material de consulta, sendo eliminado do concurso o candidato que descumprir esta determinação.
- 12 - A duração da prova será de **3** (três) horas, incluindo o tempo destinado para preenchimento do CARTÃO-RESPOSTA. Após este tempo, a prova será recolhida pelo fiscal.
- 13 - Ao terminar a prova, entregue o CADERNO DE PROVA e o CARTÃO-RESPOSTA assinados.

ASSINATURA DO CANDIDATO



INSCRIÇÃO

NOME DO CANDIDATO

CARGO

LOCAL / SETOR / GRUPO / ORDEM